

Sumário

Contents

Editorial.....	9
Renewable Energy Communities (RECs) in the path of energy transition: the Italian experience	
<i>Comunidades de Energia Renovável no caminho da transição energética: a experiência italiana</i>	
Anna Maria Porporato	11
1 Introduction	12
2 European and Italian regulation on RECs	12
3 Activities of general interest carried out by RECs.....	17
4 The environmental, economic or social purposes of RECs.....	18
5 Open participation in RECs: the role of individuals, local authorities and businesses ..	19
6 The legal form of RECs	20
7 Conclusions.....	22
References	23
Privacy, internet and pluralist democracy	
<i>Privacidade, internet e democracia pluralista</i>	
Natalina Stamile	25
1 Introduction	26
2 Feminism	27
3 Law and Economics.....	39
4 NSA	42
5 Some remarks on transparency	49
6 Some conclusions.....	52
References	57
O papel do Supremo Tribunal Federal para uma cultura constitucional do federalismo cooperativo sanitário	
<i>The role of the Brazilian Supreme Federal Court for a constitutional culture of cooperative health federalism</i>	
Thyerrí José Cruz Silva, Clara Cardoso Machado Jaborandy	63
1 Introdução	64
2 Federalismo cooperativo brasileiro e a pandemia da Covid-19.....	69
3 Supremo Tribunal Federal: (ainda é) esse outro desconhecido?	73
4 Contribuições do Supremo Tribunal Federal em 2020 para a cultura constitucional do federalismo cooperativo sanitário	79
Conclusão	85
Referências	86

Organizações sociais de saúde e responsabilização direta do Estado: perspectivas de diálogo a partir da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 842.846/SC (Tema 777)

Social health organizations and direct liability of the state: perspectives for dialogue based on the thesis established by the Brazilian Federal Supreme Court in extraordinary appeal n. 842.846/SC (Topic 777)

Ana Rita de Figueiredo Nery	91
1 Introdução	92
2 O regime jurídico de responsabilização extracontratual do Estado	94
3 Organizações Sociais de Saúde e os contratos de gestão	97
4 Perspectivas de enquadramento das Organizações Sociais de Saúde no regime jurídico de responsabilização do Estado	99
5 Tema 777 e a responsabilização direta do Estado pelos danos causados por delegatários de serviços extrajudiciais	102
6 Responsabilidade civil das Organizações Sociais de Saúde e a responsabilização direta do Estado.....	104
7 Conclusões.....	108
Referências	111

Transparência como dever de ser compreensível: os problemas dos portais da transparência das capitais brasileiras

Transparency as a duty to be understandable: the problems of the transparency portals of Brazilian capitals

Samille Lima Alves, Sebastião Patrício Mendes da Costa, Deborah Dettmam Matos	113
1 Introdução	114
2 A transparência na Administração Pública: dever de disponibilizar informações e de ser compreensível	115
2.1 Compreendendo o conceito de transparência	116
2.2 Transparência, democracia, a participação do cidadão e combate à corrupção na Administração	119
2.3 Problemas e mecanismos de transparência no Brasil.....	121
3 A insuficiência da simples disponibilidade dos dados nos portais: a complexidade do orçamento público e dos relatórios de execução orçamentária e fiscal	124
3.1 A complexidade do orçamento público: leis orçamentárias, composição, limites de gastos, transparência na LRF e os relatórios de prestação de contas.....	125
3.2 O problema da falta de transparência pela complexidade dos relatórios de execução orçamentária	128
4 Considerações finais	139
Referências	141

Entre o interesse público e o de mercado: a Petrobras como uma questão de soberania nacional

Between public and market interest: Petrobras as a matter of national sovereignty

Larissa Lopes Gonçalves, Davi Augusto Santana de Lelis	145
1 Introdução	146
2 Breves noções sobre neoliberalismo.....	148
3 Importância das empresas estatais	152
4 A Petrobras e sua relevância para a economia nacional.....	155
5 Efeitos do neoliberalismo sobre a Petrobras.....	159
6 Novos modelos para a Petrobras	165
7 Conclusão	168
Referências	169

Lei de conflitos de interesses e Lei de Improbidade Administrativa reformada

Conflict of Interest Act and the reformed Administrative Improbability Act

José Roberto Pimenta Oliveira, Dinorá Adelaide Musetti Grotti	173
1 Introdução	174
2 Conflito de interesse no direito administrativo	175
3 Legislação administrativa anterior à Lei nº 12.813/2013 e conflito de interesse	182
4 Marco legal sobre conflito de interesses: a Lei nº 8.429/1992 (lei geral) e Lei nº 12.813/2013 (lei especial)	190
4.1 Lei nº 8.429/1992 (Lei Geral de Improbidade Administrativa – LIA).....	191
4.1.1 Conflitos de Interesse na redação original da LIA.....	191
4.1.2 Conflitos de Interesse na LIA, com as alterações da Lei nº 14.230/2021	193
4.2 Sistema de improbidade administrativa específico, cristalizado na Lei nº 12.813/2013	195
4.2.1 Caráter nacional de normas da LCI estruturantes de sistema especial de improbidade administrativa	195
4.2.2 Hipóteses de conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego	197
5 Conclusões.....	217
Referências	219

Democracia algorítmica e poder de polícia estatal: a regulação de *fake news* no Brasil sob o prisma do direito administrativo ordenador

Algorithmic democracy and state police power: the regulation of fake news in Brazil from the perspective of the ordering administrative power

Isabel Christine Silva de Gregori, Otávio Martins Finger	221
Introdução	222
1 Democracia algorítmica no Brasil: o fenômeno das <i>fake news</i> e a disseminação de informações falsas por meio de mecanismos algorítmicos	224
2 Poder de polícia administrativo: conceituação, alcance e limites da ordenação da sociedade pelo Estado	233
3 A regulação de <i>fake news</i> e de mecanismos algorítmicos por meio do poder de polícia	239
Conclusão	245
Referências	246

DIRETRIZES PARA AUTORES

AUTHOR GUIDELINES	251
Condições para submissão <i>Submission Preparation Checklist</i>	257
Declaração de Direito Autoral <i>Copyright Notice</i>	257
Política de Privacidade <i>Privacy Statement</i>	258
Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação <i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i>	258